

A PARTICIPAÇÃO DO SUL DE MINAS NO ABASTECIMENTO DE CARNE VERDE DO RIO DE JANEIRO: 1858-1864

Marcos Lobato Martins¹

Resumo: Este trabalho investiga as atividades pecuárias no Sul de Minas e a trajetória da empresa ‘José Jorge da Silva & Companhia’, surgida no ano de 1858, em Santo Antônio do Machado, para o fornecimento de carne verde para o Rio de Janeiro. As fontes utilizadas são documentação cartorária (contratos, inventários, escrituras de vendas de terras), registros paroquiais de terras, ofícios enviados a Presidentes da Província, relatórios governamentais, periódicos de época.

Palavras-Chave: pecuária, carne verde, abastecimento do Rio de Janeiro, sul de Minas, século XIX.

THE PARTICIPATION OF SOUTH OF MINAS IN THE SUPPLY OF FRESH MEAT TO RIO DE JANEIRO: 1858-1864

Abstract: This paper investigates the cattle raising activities in the South of Minas and the trajectory of the enterprise ‘José Jorge da Silva & Companhia’, founded in 1858, in Santo Antônio do Machado, to supply fresh meat to Rio de Janeiro. The founts utilized are registry documents (contracts, inventories, land sale scriptures), land parochial registries, letters sent to provincial presidents, government reports and journals of epoch.

Keywords: cattle raising, fresh meat, supply of Rio de Janeiro, south of Minas, nineteenth century.

* Pesquisa desenvolvida no âmbito do Mestrado em Estudos Rurais da UFVJM, com dados primários levantados pelo projeto “As transformações do campo sul-mineiro na virada para o século XX: a transição da agricultura diversificada para a agroexportação do café”, executado no período 2014-16, com financiamento da FAPEMIG.

¹ Doutor em História Econômica pela USP. Professor do Curso de História e do Mestrado em Estudos Rurais da UFVJM, Campus Diamantina. E-mail: lobatohistoria@hotmail.com

No decorrer do século XIX, a província de Minas Gerais possuiu economia marcada pelo dinamismo das produções voltadas para o abastecimento interno. Como demonstrou Robert Slenes (1985), a pauta do comércio provincial, orientada principalmente para o mercado do Rio de Janeiro, era variada e, nela, tinha destaque uma gama de produtos oriundos da pecuária: gado em pé, couro, carnes, toucinho, derivados de leite.²

A pecuária, disseminada em todas as regiões da província, representou não apenas um fator de abertura de fronteiras, um elemento de promoção de articulação econômica intra e interprovincial, mas ocupou o segundo posto nas exportações mineiras a partir de meados da década de 1860. Conforme Cristiano Restitutti (2006: 78-82), na média do período entre 1818 e 1884, a parcela da pecuária no total das exportações mineiras foi de 25,2%.³ Os bovinos das Minas Gerais, criados extensivamente, percorreram, reunidos em grandes boiadas, distâncias enormes dos pastos aos centros de invernadas e aos mercados consumidores.

As boiadas exportadas por Minas Gerais provinham das bacias do Rio Grande e São Francisco, do oeste e noroeste da província, do Triângulo Mineiro e do interior de Goiás, Mato Grosso e Oeste Paulista. Os ‘ponteiros’, a serviço de grandes pecuaristas e comerciantes, compravam as reses nas fazendas e feiras livres, conduziam-nas para as zonas de invernada e engorda – São João Del Rei, Lavras, Baependi, Airuoca, Alfenas-Machado, Três Pontas, Pouso Alegre, Jacuí, Passos, Uberaba e São Sebastião do Paraíso – e, depois, os ‘boiadeiros’ as levavam ao Rio de Janeiro, onde eram comercializadas com marchantes.

Na primeira metade do século XIX, São João Del Rei ocupou a posição de principal intermediário no comércio de gado entre as áreas criadoras e o Rio de Janeiro, enviando boiadas à Fazenda de Santa Cruz pelas estradas do Comércio e da Polícia. Entretanto, a partir dos anos 1850, o Sul de Minas tomou a primazia de São João Del Rei, graças à ação do arrematante e pecuarista sul-mineiro Francisco José de Mello e Souza – que, na companhia de marchantes, organizou uma empresa para monopolizar o comércio de carne verde para o Rio de Janeiro – e à abertura da estrada do Picu, ligação direta entre o Sul de Minas e a Corte (GIOVANINI, 2006: 78-84).

² A respeito do comércio de gado em Minas Gerais na passagem do século XVIII para o XIX, ver os trabalhos de Paiva (1996), Carrara (1997) e Chaves (1999).

³ Nesse mesmo período, as exportações de café perfizeram 47,1% do total das exportações de Minas Gerais.

O objetivo deste trabalho é investigar as atividades pecuárias no Sul de Minas e a trajetória da empresa ‘José Jorge da Silva & Companhia’, surgida no ano de 1858, na freguesia de Santo Antônio do Machado, para o fornecimento de carne verde para o Rio de Janeiro.

As fontes utilizadas são variadas, destacando-se documentação cartorária (contratos, inventários, escrituras de vendas de terras), registros paroquiais de terras, ofícios enviados a Presidentes da Província, relatórios governamentais, periódicos de época. Vale assinalar que a pesquisa foi motivada pela leitura de documento existente na Casa da Cultura de Machado, o qual traz a escritura de constituição da ‘Sociedade Machadense’. Foi com este nome que a tradição local designou a companhia em questão, vinculando-a aos feitos da extensa família Souza Dias, particularmente ao coronel Azarias Pio de Souza Dias (1810-1879).

O abastecimento de carne verde no Rio de Janeiro

Desde o período colonial, as autoridades camarárias consideravam o abastecimento de um ponto de vista essencialmente prático, acreditando que o interesse do comércio não poderia se sobrepor ao interesse do público. Dessa forma, a doutrina liberal e a liberalização do comércio dos ‘gêneros da terra’ eram encaradas com cautela, mesmo durante o período imperial. ‘Razão da utilidade pública’ deveria temperar a ‘lei da oferta e procura’, o ‘costume tradicional’ moderar o ímpeto de lucro das estratégias de mercado, ainda mais se tratando de mercado imperfeito, assolado pela ação de atravessadores e açambarcadores, e recorrentes crises de carestia.⁴

Por isso, as Câmaras estimularam as atividades voltadas ao abastecimento, ao mesmo tempo em que cuidaram para que este fosse regular e estável, montando estruturas de fiscalização e controle do pequeno comércio.⁵ No caso da carne de boi, todos os envolvidos nesse comércio tinham que tirar licenças nos Senados das Câmaras; em muitas

⁴ Para discussão detalhada sobre a política de abastecimento alimentar nas Minas Gerais do século XVIII, ver o trabalho de Flávio Marcus da Silva (2008).

⁵ Muitas vezes, os oficiais locais responsáveis pela fiscalização do abastecimento alimentar foram acusados de injustiças contra os produtores e comerciantes, movidos por ambição, já que a maior parte de sua renda vinha de multas cobradas e mercadorias confiscadas. Foram frequentes as queixas desse tipo em relação aos funcionários de Santa Cruz, o matadouro do Rio de Janeiro.

vilas, as autoridades mantiveram pastos públicos para uso dos moradores. Também se proibia aos marchantes o abate imediato das boiadas que vinham do sertão, exigindo-se o descanso e a engorda delas para melhorar a qualidade da carne. E se fiscalizavam os pesos na questão relativa à venda nos açougues. As câmaras arrematavam contratos, fiscalizavam talhos, zelavam pelos preços.

Mas tudo dependia do fornecimento de gado e, portanto, do concurso das principais regiões produtoras. No Sul, os Campos Gerais. No norte fluminense, a região de Campos dos Goitacazes. Na província de Minas Gerais, o vale do São Francisco, a zona de Paracatu, as terras da Canastra, do Triângulo Mineiro e o Sul de Minas. Mais para o Brasil central, os sertões de Goiás e Mato Grosso, e as terras do vale do Rio Pardo, em São Paulo. No Nordeste, os sertões da Bahia, Ceará, Pernambuco e Piauí. Como era a pecuária nas regiões produtoras mineiras em meados do século XIX?

A pecuária porcina, se exigia relativamente pouco espaço, envolvia mais trabalho diário. No Sul e no Oeste de Minas Gerais, os tratos das porcadadas no século XIX são descritos na observação arguta de Saint-Hilaire (1944: 116-117):

Quanto aos porcos castrados que se desejam engordar, tratam-se com mais cuidado, fecham-se durante o dia, em um curral e, durante a noite, faz-se com que entrem em um telheiro onde se espalhou palha de milho, (...); dá-se-lhes de comer três vezes por dia: em geral milho em grão duas vezes e, na última, fubá, inhames ou carás; de quinze em quinze dias faz-se com que bebam água salgada e, nas habitações em que se fazem queijos, substitui-se o sal por rações diárias de leiteiro [soro].

O sal era imprescindível para a alimentação dos suínos e também para a salga dos toucinhos. O ‘chiqueiro’, que se prolongava no ‘mangueiro’, era o espaço de criação dos porcos, geralmente localizado junto a regatos, pois parte da ‘ceva’ se fazia na rebaixa, com os animais fuçando no lamaçal. A ceva – ração – era constituída da ‘lavagem’ (restos da alimentação humana), de abóboras e de milho, quase sempre na forma de fubá (misturado a soro de leite, quando existia), conforme informação de Eduardo Frieiro (1966). Para cuidar dos porcos nas propriedades escravistas, havia o ‘escravo do terreiro’. Suas tarefas incluíam lidar com galinhas e porcos, hortas, animais de tração, bem como com carroças e demais coisas que ficavam no ambiente da casa e ao seu redor.

Além de pastagens adequadas, a criação de bovinos requeria muitos outros cuidados. Era preciso ter currais, rancharias para a bezerrada, retiros para esgotamento e controle da desmama, atenção com a saúde das crias. Havia que ordenhar as vacas e salinar o gado, tratar suas bicheiras, levá-lo às mangas de pasto e trazê-lo de volta aos currais. Era preciso construir e manter cercas ou valos. A criação de bovinos exigia, portanto, maior número de trabalhadores, em comparação com a ‘pecuária de invernada’.

Os rebanhos nas invernadas, por sua vez, pediam pouquíssimos cuidados. Praticamente lhes bastavam os pastos, além de salinização periódica e cura de bicheiras e feridas. Os ‘invernistas’, por conseguinte, realizavam investimentos quase tão somente na aquisição dos rebanhos magros, bem como pagavam seu transporte até as invernadas – dinheiro para boiadeiros requeridos pelo traslado, em geral de pequena monta. As comitivas de traslado compunham-se de ‘capataz’ e ‘camaradas’, e, não raro, os próprios invernistas tomavam parte nelas.

Nos locais das invernadas, havia os ‘comissários’ que se incumbiam de realizar as vendas do gado: eram eles que estabeleciam contatos com os ‘marchands’ e fechavam as negociações. Os rebanhos, então, partiam rumo ao mercado consumidor onde eram entregues aos marchands. O pagamento era feito em dinheiro ou em ‘crédito’ e, assim, o invernista renegociava com os outros segmentos da cadeia. Os marchands, depois de deixarem os rebanhos em pastos alugados nas imediações do matadouro por algumas semanas, despachavam os animais para o abate, em Santa Cruz (atual Mendes, no Rio de Janeiro). Ali, se fazia o processamento primário da carne e sua distribuição aos açougues da Corte.

O sal era insumo fundamental para a pecuária bovina, necessário à alimentação dos rebanhos e também à fabricação de queijos e ‘carne seca’, ou ‘carne de sol’. A respeito do sal, o testemunho de Saint-Hilaire, datado de 1819, é esclarecedor:

Os raros habitantes das cercanias da serra da Canastra que parecem ter uns com os outros laços de parentesco, cultivam a terra com suas mãos; mas seus produtos não têm nenhum escoamento. Apenas o gado que criam pode dar-lhes algum dinheiro, e, ainda assim, são obrigados a tomar adiantamentos para o sal, que é aqui de uma carestia exorbitante. Mercadores de gado vêm até esses lugares afastados e fazem suas compras aos proprietários (SAINT-HILAIRE, 1944: 178).

Curiosamente, o viajante John Emanuel Pohl (1951: 224) anotou, em novembro de 1817, nas proximidades de Bambuí, observação sobre o gado que, durante a noite, invadia os ranchos de tropeiros, “onde lambe as albardas cobertas de suor e os couros de bois para satisfazer a necessidade de sal, que, no interior do país, é mercadoria cara”.

Como corretamente assinalou Pedro Tosi, os fluxos de gado e sal estiveram entrelaçados. As comitivas que levavam o gado ao litoral retornavam com cargas de sal, pólvora, arame, ferramentas e outros artigos importados. Conforme este autor,

(...) o sal chegava em Franca e região via Campinas, bem como pelo sudoeste de Minas Gerais; os responsáveis pelo seu comércio estocavam-no e depois o revendiam no fluxo contrário ao do gado que, por sua vez, descia de Goiás e do Triângulo Mineiro, ficando invernado na pastoria para sair de Franca quer na direção de Minas, quer na direção de São Paulo (TOSI, 2002: 50).

O abastecimento de carne de boi e toucinho no Rio de Janeiro e Salvador, as duas maiores cidades brasileiras no século XIX, foi motivo de preocupação e de medidas de intervenção governamentais. As crises de subsistência enfrentadas pelas duas cidades entre 1680 e 1790, que produziram distúrbios sociais, não saíram da cabeça nem das autoridades nem do povo (SILVA, 1990). No Rio de Janeiro colonial, conforme Geórgia da Costa Tavares (2012: 17),

os marchantes eram os responsáveis por prover a cidade com este alimento e deveriam obter da Câmara Municipal do Rio de Janeiro licença para comercializá-lo por meio de editais de arrematação por ela lançados. Era a Câmara Municipal, de uma forma geral, o órgão regulador e fiscalizador do abastecimento da cidade e deveria trabalhar para que a população não passasse por privações no fornecimento de alimentos.

Tavares mostrou que, na primeira metade do século XIX, a situação do comércio de carnes frescas na capital imperial não sofreu alteração: permaneceu o domínio dos marchantes, cuja atuação dependia das relações estabelecidas com as autoridades sediadas na cidade. Segundo a autora,

O comércio de abastecimento de carne verde no Rio de Janeiro, no fim do século XVIII e início do XIX, demonstrou ser bastante competitivo e hierarquizado. Mais importante que a inserção no ofício de comercializá-

la era conseguir permanecer no ramo ao longo dos anos. Assim sendo, era imprescindível que os marchantes que desejassem ser bem-sucedidos nesse ramo desenvolvessem mecanismos para se estabilizar. Esses mecanismos incluíam a formação de subgrupos para desequilibrar subgrupos rivais; a diversificação de investimentos; o tabelamento de valores nos lances dados nos editais de arrematação e associação de familiares, entre outros (TAVARES, 2017: 17).

Segundo Aureliano Restier Gonçalves, a atuação dos marchantes na praça do Rio de Janeiro, ao açambarcar o comércio de carnes verdes e, desse modo, elevar os preços da mercadoria, teve o condão de despertar variadas ambições quanto ao domínio do setor. Nas palavras deste autor:

O panorama do mercado distribuidor de carnes verdes no Rio de Janeiro era de tal modo favorável à concentração monopolista dos negócios que alguns dos grandes pecuaristas mineiros não resistiram ao impulso de se infiltrar no setor. Desta maneira, eles provocaram um curioso desdobramento de suas atividades, concentrando as tarefas de criação, transporte e comercialização da carne no próprio mercado da Capital (GONÇALVES, 1952: 349).

Foi o caso de Francisco José de Melo e Souza, proprietário sul-mineiro, citado por Alcir Lenharo como exemplo do enfeixamento das atividades de criação, transporte, abate e comercialização da carne verde no Rio de Janeiro. Sua atuação alcançou o auge nos anos 1850 e 1860, por meio da empresa ‘União Mineira Paulista’, “resultado da formação de um grupo de produtores selecionados que monopolizaram o controle do mercado carioca” (LENHARO, 1979: 106). Ele remetia à Capital 5.000 cabeças de gado por mês. Francisco José de Melo e Souza monopolizava os açougues cariocas no ano de 1855, segundo denúncias publicadas na imprensa e outras assinadas pelos Chefes de Polícia de três freguesias do município.⁶

Tanto que ele foi considerado pernicioso à economia popular por conselheiros do Conselho de Estado. Na reunião do dia 3 de abril de 1855, foi apreciado o pedido de Melo e Souza referente à constituição da sociedade anônima ‘Companhia do Curtume’, com capital de dois mil contos de réis e duração de trinta anos, que exploraria a indústria do couro e,

⁶ O *Almanak Laemmert* de 1857 a 1860 traz, na relação de “Negociantes e fornecedores de gado vacum”, a firma *Mello e Souza & Cia*, sita à rua da Quitanda, 127.

secundariamente, o fornecimento de carne verde.⁷ Contra os interesses do proprietário sulmineiro, um dos conselheiros apelou em seu parecer para a obrigação das Câmaras de:

Protegerem os criadores e todas as pessoas que trouxerem seus gados para os venderem, contra quaisquer opressões dos empregados dos registros e currais dos Conselhos onde os haja; ou dos marchantes, e mercadores do gênero, castigando com multas e prisões (...) os que lhes fizerem vexames e acidentes.

O presidente do Conselho, Marquês de Olinda, considerou legítima a pretensão de implantar um curtume, mas não o objetivo de comercializar gado e carnes verdes que a ‘Companhia do Curtume’ desejava, pela seguinte razão:

Estas três classes – criadores, marchantes e carneiros – vão ser acumuladas e reunidas na sociedade, e de um modo tal que não haverá competidor que se atreva a disputar-lhe um só ramo desse complicado comércio. Que a sociedade há de exercer esta indústria sem concorrência, é o que nos leva a afirmar não só o capital imenso, de que dispõe, ao qual não é fácil opor outro igual que contrabalance sua exclusiva preponderância.

Restier Gonçalves considerou que, relativamente ao abastecimento de carne verde no Rio de Janeiro, havia, em meados do século XIX, um serviço muito ruim prestado à população, em boa medida decorrente da formação de monopólios nesse setor. A formação de subgrupos de marchantes que disputavam talhos e propriedade de vendas de secos e molhados prejudicou os consumidores da cidade. Pedro Henrique Pedreira Campos (2007) é ainda mais incisivo, afirmando que as crises de escassez e carestia das carnes verdes na cidade geraram motins e conturbações no período 1808-1835; e que a prática de contrato de monopólios, implantada no período joanino, produziu uma lógica de escassez no mercado carioca.

No final dos anos 1850, a capital imperial vivia novamente sobressaltada por problemas de abastecimento e alta de preços dos mantimentos. Tanto que a questão se tornou central para o 13º. Gabinete (maio de 1857 a dezembro de 1858), chefiado pelo Marquês de Olinda. Dom Pedro II, ao convidar o Marquês de Olinda para formar o

⁷ Ata da Reunião do Conselho de Estado do dia 03/04/1855, p. 140 e ss. Disponível em <http://www.senado.gov.br/sf/publicacoes/anais.pdf/ACE/ATAS4>. Acesso em 09/02/2018.

Gabinete, apresentou programa que tocava no “combate à carestia”, falava em “medidas para a baixa dos gêneros alimentícios” e “abandono da inércia na economia” (CALDEIRA, 1995: 335).

Em dezembro de 1857, o Imperador aprovou o regulamento para o corte de gado no matadouro público da Corte, proposto pelo Marquês de Olinda. O decreto n. 2.046, de 09 de dezembro de 1857, deu preferência aos negociantes que oferecessem a libra de carne dez réis mais barata do que o preço praticado no dia anterior. Para aqueles que traziam o gado, mas não quisessem realizar o corte, o decreto estabeleceu a atuação de um agente (que seria indicado pelo Chefe de Polícia do Município Neutro) para fazer o serviço mediante comissão de 1\$000 por rês.

Um dos maiores invernistas do Sul de Minas, coronel Azarias de Souza Dias, julgou que o regulamento seria inútil, em razão do alto nível de corrupção dos empregados do matadouro público. O fazendeiro de Machado escreveu ao Presidente de Minas Gerais o seguinte:

(...) a respeito devo dizer que nenhuma utilidade pode prestar esta medida, que antes se tornará improfícua, pois, como já disse a V. Exa., (...) os empregados dessa repartição são tais que, embora ainda bem pagos pelos boiadeiros, procedem com tanto abuso, que melhor fora não existirem. (...) Outros abusos se praticam ali que diretamente concorrem para desgostarem os boiadeiros, como o não poder qualquer ali chegar a este estabelecimento público – o matadouro, sem que seja estimado logo, antes que entre, que se retire, e quando submissamente o não faz é logo preso, nascendo tal sistema da especialíssima polícia do administrador, que hora ali serve.⁸

A confiar no depoimento deste poderoso pecuarista sul-mineiro, o Matadouro de Santa Cruz continuava a sofrer com os monopólios dos marchantes, com os achaques e extravios praticados pelos empregados contra os proprietários das boiadas, e operava sob a égide de regras ditadas por grupos particulares de pessoas, sem verdadeiro caráter público.

⁸ Arquivo Público Mineiro (APM), SP, Cód. 715, p. 122. Ofício de Azarias de Souza Dias ao Presidente da Província. 24.01.1858.

A criação e engorda de gado no Sul de Minas

A historiografia há décadas aponta o lugar destacado do Sul de Minas no que se refere à produção de abastecimento. Caio Prado Jr., em texto clássico escrito em 1945, assinalou a especificidade do Sul de Minas no quadro econômico da ‘capitania do ouro’, uma vez que a região se dedicou ao abastecimento das zonas de mineração e do Rio de Janeiro (capital da colônia a partir de 1763). O dinamismo sul-mineiro setecentista decorreu justamente de “uma economia agrária que embora não contando com gêneros exportáveis de alto valor comercial – como se dera com as regiões açucareiras do litoral –, alcançará um nível de relativa prosperidade” (PRADO JR., 2008: 65).

No livro *Formação do Brasil Contemporâneo*, lançado em 1942, Caio Pardo Jr. enfatizou a presença da pecuária no Sul de Minas na segunda metade do século XVIII, escrevendo:

Reúne-se neste sul de Minas um conjunto de circunstâncias muito favoráveis à criação de gado; e logo que a região começa a ser devassada pelos exploradores do ouro, inicia-se paralelamente uma atividade rural em que se destacará a pecuária. Esta chamará a si, aos poucos, o mercado próximo que os centros mineradores em formação lhe vão proporcionando. (...) O sul de Minas suprirá em seguida, e substituirá, afinal, os fornecedores do Rio de Janeiro: os Campos dos Goitacases e os mesmos Campos-Gerais citados; estes ficam mais longe, aqueles transformam seus pastos em canaviais. É em 1765 que descem para o Rio de Janeiro os primeiros gados da nova proveniência. Até São Paulo, vizinho embora dos Campos meridionais, se abastecerá em Minas (PRADO JR., 1972: 198).

Celso Furtado (2007), em livro cuja primeira edição ocorreu no ano de 1959, chamou atenção para o Sul de Minas como região importantíssima no abastecimento do Rio de Janeiro na fase de expansão do café. No ano de 1960, Sérgio Buarque de Holanda (2008) enfatizou a condição da pecuária como ponto forte da economia regional. O estudo de Alcir Lenharo (1979), ao focalizar a atuação dos fazendeiros-negociantes do Sul de Minas no período entre 1808 e 1842, indicou não só a importância econômica desses atores no abastecimento do Rio de Janeiro, como também mostrou a sua inserção no espaço político nacional durante a Regência e a construção de sua hegemonia política nas Minas Gerais daquela época. Conforme Lenharo (1979: 25), “o terceiro setor abastecedor (...) produzia e

exportava gado em pé, em grande quantidade, além de porcos, galinhas, carneiros, toucinhos, queijos, cereais. O principal centro abastecedor era o Sul de Minas”.

Renato Leite Marcondes (2001) destacou que o principal destino do gado de corte criado em Minas Gerais e São Paulo era o Rio de Janeiro, sobretudo após a vinda da Corte, pois o gado criado nesta capitania não seria suficiente para o seu abastecimento. Dos empreendimentos voltados para o mercado interno, a pecuária seria o mais rentável. Marcondes analisou uma importante rede de comerciantes de gado e pecuaristas que mantinham laços comerciais em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Segundo ele, apesar de gerar um montante expressivo, o comércio de gado mostrou-se bastante restrito.

Sobre a freguesia de Itajubá, Juliano Sobrinho (2010: 23) constatou “uma produção agropecuária diversificada, tanto para consumo de subsistência, quanto para a mercantilização, com destaque para a pecuária e o cultivo de fumo”. Perfil semelhante existia no município de Alfenas, onde predominavam pequenas e médias propriedades, dedicadas principalmente à criação de animais (bovinos e suínos) e às lavouras de cana e milho (MARTINS E SOUZA, 2010). Ao examinar a elite escravista da Vila de Campanha e suas maiores unidades produtivas, Marcos Ferreira de Andrade escreveu:

O plantio de cana e a produção de açúcar, rapadura, aguardente, alimentos e a criação de animais estavam entre as principais atividades que garantiram a sobrevivência e o enriquecimento dos proprietários mais abastados do sul de Minas. Alguns deles também plantavam fumo e até mesmo um pouco de café. Em termos percentuais, estes ativos representaram pouco na composição da riqueza, mas constituíam a vida das fazendas (ANDRADE, 2010: 9).

Todos os trabalhos citados convergem ao apontar a força da produção agropecuária no Sul de Minas e, por outro lado, a característica marcante das fazendas da região: a diversificação da produção. Nas exportações sul-mineiras, o fumo aparecia no primeiro lugar no caso dos gêneros agrícolas; o gado bovino e suíno e seus derivados pontavam no caso dos produtos pecuários, figurando em segundo lugar na pauta regional de exportações. É o que informava o *Almanach Sul-Mineiro para 1874*: “sem dúvida o principal produto da exportação sul-mineira é o fumo. É cultivado em todos os municípios” (VEIGA, 1874: 31). Quanto ao gado, a mesma fonte dizia: “sua criação existe e prospera em todos os municípios”, com destaque para Alfenas, Passos, São Sebastião do Paraíso, Caldas, Três

Pontas e Dores da Esperança, presumindo que a exportação anual girava em torno de 70 mil cabeças de bovinos (VEIGA, 1874: 31-33). Os suínos também eram produzidos em todo o sul mineiro, e sua exportação anual alcançaria 30 mil animais.

Mais especificamente, o *Almanach Sul-Mineiro para 1874* descreveu como segue a economia praticada no município de Alfenas:

A cultura principal é ainda a dos gêneros alimentícios, fumo, cana, etc. Nos subúrbios há excelentes pastagens de angola e gordura, onde são engordadas inúmeras cabeças de gado vacum, cavalar e muar, especialmente o primeiro que forma o seu mais importante ramo de comércio, e do qual exporta anualmente para o Rio de Janeiro cerca de 4.000 reses (VEIGA, 1874: 30).

Sobre Machado, a mesma fonte forneceu o panorama econômico seguinte:

Dessa freguesia exporta-se anualmente, termo médio, o número de 4 mil reses gordas que, ao preço de 50\$000 a arroba, soma a quantia de 200 contos de réis. Exporta-se também pelo menos 25 mil arrobas de toucinho, que, ao preço de 5\$000 cada, produzem a soma de 110 contos de réis. Já existem plantados na freguesia 250 mil pés de café, que em grande parte já estão dando frutos, em qualidade igual ao das províncias do Rio e São Paulo, como o tem provado o seu uso (VEIGA, 1874: 145).

Para a freguesia de Carmo da Cachoeira, pertencente ao município de Lavras, o *Almanach* registrou 18 fazendeiros, os quais exportavam “6.000 bois e vacas, 1.500 arrobas de toucinho, 1.000 ditas de fumo, e algum queijo para municípios vizinhos” (VEIGA, 1874: 196). Quanto a Guaxupé, o *Almanach* apontou que “cultivam-se café, cana, fumo e cereais; cuida-se da criação de gado vacum e suíno e de engordar bois e porcos que se importa das províncias de Goiás e São Paulo, regulando a exportação anual em cerca de 2 mil bois e 1.500 porcos” (VEIGA, 1874: 346). Os mesmos números de exportação de gado vacum e suíno valiam para São Sebastião do Paraíso (VEIGA, 1874: 246), onde se destacou nesse ramo de atividade a família Antunes (CALAFIORI, 2005: 42).

Alcir Lenharo realçou os irmãos Custódio José Dias e Pe. José Custódio Dias dentre os fazendeiros-negociantes sul-mineiros. Sobre eles, o autor escreveu:

Operava nestes moldes (fazenda de criação de gado) a fazenda do Centro, propriedade administrada pelo padre José Custódio Dias e seu irmão,

também político mineiro, Custódio José Dias. Além da produção interna, esta propriedade, situada onde hoje fica o município de Alfenas, era conhecida como grande centro de internadas, permitindo a seus proprietários manipular expressivo comércio regional. Daí provém, inclusive, a origem do nome desta grande propriedade, hoje denominada Machado. Seus proprietários tinham larga faixa de atuação, alcançando principalmente a produção do gado goiano (LENHARO, 1979: 99-100).⁹

José Custódio Dias foi deputado constituinte em 1823, deputado geral (1826-35) e senador (1835-38, ano de seu falecimento). Custódio José Dias “fez parte do Segundo Governo Provisório de Minas Gerais, constituído em 1822, e, mais tarde, da Assembleia Geral do Império, com assento na Câmara dos Deputados na primeira legislatura (1826-29), e na sessão legislativa de 1833”.¹⁰ Uma lista de 1831, referente ao distrito de São José e Dolores de Alfenas, informou que Custódio José Dias possuía engenho de cana, para açúcar e aguardente, com 2 empregados livres e 34 cativos; um engenho de serrar madeira, com 2 cativos; um engenho de pilões, de fazer farinha, com 2 cativos; um moinho de mamona, para azeite, com 2 cativos; e uma olaria, para telhas e tijolos, com 4 cativos.

Alcir Lenharo detalhou melhor as atividades do padre José Custódio Dias no espaço entre o Sul de Minas e o Rio de Janeiro, informando:

No tocante às atividades mercantis dos políticos diretamente ligados ao Sul de Minas, o Pe. José Custódio Dias (...) estava envolvido com os negócios de reses, oriundas da fazenda do Centro de onde eram feitas as remessas de gado para o consumo da Capital. Em contrapartida, aproveitando-se de sua estadia na Corte, comprava e remetia para a sua propriedade a mão de obra escrava que carecia (LENHARO, 1979: 119).

Inúmeras fazendas sul-mineiras tiveram perfil semelhante ao das fazendas do Centro e Cachoeira. As vastas terras circundantes da capela de São José e Dolores – marco da formação da futura cidade de Alfenas – viram surgir, no início do século XIX, grandes fazendas de criação de gado e lavouras de mantimentos, como a da Pedra Branca, latifúndio de mais de mil alqueires, localizado no atual município de Campos Gerais, cujo senhor foi

⁹ Alcir Lenharo cometeu três pequenos equívocos. A fazenda do Centro conserva até hoje o mesmo nome e fica localizada em Machado. O engano talvez se explique pelo fato de Machado ter pertencido ao município de Alfenas até 30 de novembro de 1880, quando ocorreu sua emancipação. O capitão-mor Custódio José Dias foi proprietário da fazenda da Cachoeira, cuja sede situava-se no atual município de Machado, a 10 km da divisa com Alfenas. Cf. Costa (2007: 8).

¹⁰ Cf. VALLADÃO, Alfredo. Conferência realizada em sessão do Instituto Histórico Brasileiro, em 23 de maio de 1952.

o alferes Domingos Vieira e Silva. O tenente coronel Antônio Joaquim Pereira de Magalhães, abastado fazendeiro com interesses em Campanha e na freguesia de Cabo Verde, possuía grande propriedade, próxima à povoação de São José e Dores, que, conforme a contagem de população de 1831, abrigava 24 escravos trabalhando em lavouras de cana, mantimentos e criação de bois. O capitão-mor Marco Aurélio de Souza Magalhães, deslocando-se de São João Del Rei, fundou em Machado a fazenda Espírito Santo: sesmaria de 50 mil hectares que lhe fora doada por d. Pedro I, onde havia criação de gado, lavoura de cana e produção de mantimentos (MARTINS, 2016: 347).

Seu filho, coronel Azarias Pio de Souza Dias, introduziu na segunda metade do século pastagens artificiais na propriedade, realizou o plantio dos primeiros cafeeiros na região, organizou em 1858 uma sociedade exportadora de gado e toucinho para a Corte, a ‘Sociedade Machadense’, e idealizou, no ano de 1872, a primeira fábrica de tecidos do Sul de Minas, a empresa ‘Indústria Machadense’, com capital de 150 contos (CARVALHO, 1985: 46).

A importância do gado em Passos é evidenciada no orçamento de sua Câmara Municipal, aprovado em reunião no dia 10 de janeiro de 1851. As receitas de “afilações-cabeças” alcançavam a quantia de 270\$000, correspondendo à quase metade da renda total estimada, de 600\$000. As afileações eram tributos sobre cabeça de gado comercializado ou abatido (NORONHA, 1969: 144).

No território desta vila, havia a seguinte distribuição de fazendas e atividades agropecuárias:

Tabela 1 – Tipos de fazendas e fontes de ocupação do povo, Passos, 1854

Locais	Faz. Cultura	Faz. Campos/Matos	Bov.	Suin.	Empregos
Passos	35	15	Sim	Sim	Engorda e criação
Ventania	16	25	Sim	Sim	Lavoura e criação
Carmo	20	14	Sim	Sim	Criação
Aterrado	30	20	Sim	-	Lavoura e criação

Fonte: NORONHA, 1969: 147-148; GRILO, 2012: 223-224.

Em Passos, as condições naturais (topografia, fertilidade do solo, clima) favoreciam bastante a ‘pecuária de invernada’, baseada em pastagens com capim mimoso e gordura. Segundo um habitante da vila na passagem do século XIX para o XX, “a pastagem contida

em um alqueire de terras engordava quatro reses, ou o dobro obtido nas melhores terras que conheciam, tal a força do capim gordura nas terras da Ventania, que mais tarde passaram a formar o município de Passos” (LEMOS, 1920: 18).

A Câmara Municipal de Passos informou ao Ministério dos Negócios da Agricultura, em ofício datado de 23 de maio de 1874, que a maior parte das terras aproveitadas se devia às invernadas. O documento dizia: “apenas uma vigésima parte ou ainda menos estava cultivada. O excedente estava em matas ubérrimas e pastagens nas quais se engordavam de vinte e cinco a trinta mil reses”.¹¹ Este padrão de uso do solo certamente se repetia em vários municípios do Sul de Minas – zona de expansão da fronteira agrícola – na metade do século XIX.

Em Lavras, um dos maiores criadores de gado foi Domingos Marcelino dos Reis, proprietário da fazenda da Serra, que tinha casa de vivenda, engenho de pilões, dois moinhos, dois paióis, casa de despejo, senzalas, tenda de ferreiro, monjolo e currais, avaliada, em 1870, no valor de 170:000\$000. O proprietário possuía 89 cativos, 57 bois de carro (divididos em três fazendas), 356 cabeças de bovinos e 293 cabeças de suínos (VIEIRA, 2016: 275-279). Como suas terras beiravam os dois mil alqueires, pode-se dizer que abrigavam rebanho muito menor que sua capacidade de suporte, considerando-se a cifra modesta de duas reses engordadas por alqueire. Seus pastos, certamente, também serviram de invernadas para gado forâneo.

Mesmo após a especialização produtiva em café de muitos municípios sul-mineiros, na última década do século XIX, há indícios de que a criação de gado permaneceu uma atividade significativa nas fazendas. Nesse sentido deve ser lido o inventário de Gabriel dos Reis Silva, um dos quatro homens mais ricos de Varginha naquele tempo, produtor de café, falecido em 1907. Seu inventário continha 1.250 arrobas de café, 42 sacas de café em coco, fazenda com terreiro e cafezais, mas também outras propriedades com mais de 1280 alqueires de terra, com grande extensão de pastos, nos quais ele criava mais de 120 vacas, cerca de 150 novilhos, 60 bois de carro, mais de uma dezena de burros e cavalos, além de porcos para consumo doméstico.¹²

¹¹ Câmara Municipal da Cidade de Passos. Ata da sessão de 23 de maio de 1874. CTM Livro Tombo n. 003, p. 80v-83.

¹² Inventário de Gabriel dos Reis Silva, Fórum de Varginha, caixa 509 – G11. Os outros três homens mais ricos da cidade eram Matheus Tavares da Silva, Antônio Justiniano dos Reis e Francisco Severo da Costa (Cf.

Para a segunda metade do século, conforme uma amostra de 65 inventários,¹³ pode-se construir o seguinte quadro das atividades produtivas nas fazendas do Termo de Alfenas, que realça a importância da criação de gado bovino e suíno:

Tabela 2 – Atividades produtivas nas fazendas de Alfenas (1855-1890)

Atividades	N. de ocorrências	% sobre o total
Lavouras		
Cana	14	32,6
Milho	35	81,4
Café	6	14,0
Criação de animais		
Bovinos	40	93,0
Suínos	26	60,5
Atividades de transformação		
Fiação e/ou tecelagem	23	53,5
Fabricação de farinhas	20	46,5
Fabricação de açúcar, rapadura e cachaça	12	27,9

Fonte: Inventários do Juízo de Órfãos e Ausentes do Termo de Alfenas.

Os números da tabela mostram que pastos e gado bovino apareciam em praticamente todas as fazendas de Alfenas, enquanto a criação de suínos em mais da metade delas. As roças de milho estavam presentes na esmagadora maioria das propriedades, e a cana aparecia em um terço delas.

Os documentos cartorários de Alfenas fornecem indícios do peso da pecuária para a economia das fazendas. Procurações e inventários trazem informações reveladoras da importância do gado (bovino e suíno) no cotidiano das unidades rurais, bem como seu valor como fonte de renda nas propriedades, garantindo-lhes inserção em circuitos monetizados de troca. É o caso, por exemplo, do inventário de Antônio Ribeiro da Silva, proprietário da fazenda Tamanduá, situada no arraial de São Joaquim da Serra Negra. Na relação de bens do fazendeiro, morto em 1862, cuja soma alcançava 30:138\$690, havia, em dinheiro corrente, a quantia de 756\$250, resultantes da venda de porcos no referido ano.¹⁴ Na

FERREIRA e SAES, 2016: 483-484). Vê-se que, se tomarmos o número de duas reses sustentadas por alqueire (cf. a cifra dada por LEMOS, 1920), as fazendas de Gabriel dos Reis Silva, com total de 330 bovinos, poderiam abrigar rebanho muito maior.

¹³ Os 65 inventários utilizados são assim distribuídos: 12 pertencem aos anos 1850, 10 aos anos 1860, 21 aos anos 1870, 14 são relativos aos anos 1880 e os 8 restantes aos anos 1890. Nesses inventários, há dados sobre 43 unidades rurais.

¹⁴ Juízo de Órfãos e Ausentes do Termo de Alfenas. Inventário de Antônio Ribeiro da Silva, 1862, fls. 9v-10v.

mesma direção vai a procuração de 2 de outubro de 1877, na qual João Quintino da Fonseca, morador de Carmo da Escaramuça, contratou um advogado para defendê-lo de ação movida por Francisco Gonçalves Leite, morador de Alfenas, referente a cobrança acerca da venda de um rebanho de porcos.¹⁵ Já as duas procurações adiante mostram como o gado frequentemente constituía o cerne de conflitos entre proprietários alfenenses. Em 18 de maio de 1878, Sertório Augusto de Faria e Sá nomeou e constituiu seu procurador o Dr. Severino Eulógio Ribeiro de Miranda, a fim de que pudesse tratar de uma ação civil contra Elias Bonifácio de Miranda para lhe fazer efetiva entrega de 37 reses, que este último tirara de suas capoeiras, ou fazer-lhe o pagamento da quantia de 1:850\$000, além das mais perdas e danos.¹⁶ Noutra procuração, datada de 14 de junho de 1878, Domingos Augusto Ferreira da Silveira reclama de danos e extravios sofridos por seu rebanho e plantações, provocados por seus vizinhos, em decorrência do descuido com cercas nas propriedades confrontantes.¹⁷

Como eram as fazendas em que havia criação de animais no termo de Alfenas em meados do século XIX? O primeiro aspecto a assinalar é a variedade de seus tamanhos, do que se tem ideia por meio da tabela a seguir:

Tabela 3 – Tamanho (em alqueires) de “terras” no município de Alfenas¹⁸

Tipo	Local da “terra”	Proprietário	Área
Grande	Fazenda Gambá	Francisco de Souza Freire	1.000
	Faz. Cascalho	Pe. Venâncio José de Siqueira	300
	Faz. Campo Redondo	Antônio Joaquim Vieira	c. 250
	Faz. Boraiais	Joaquim Oliveira da Silva	150
	Faz. Rio Claro	Rafael Silveira de Andrade	132
	Faz. Água-Morta	Manoel Antônio Marques	100
Média	Faz. Felix João	Manoel Silvério da Silva	92,5
	Faz. Olaria	José Martins Alfenas	70
	Faz. Anhumas	João Batista da Costa	69
	Faz. Morro do Pito	José Ferreira Rocha	60
	Faz. Tejuco Preto	José Tomás de Aquino	50

¹⁵ Cartório do 1º Ofício de Alfenas, Caixa 1, Livro 1 de Lançamento de Procurações, p. 67.

¹⁶ Cartório do 1º Ofício de Alfenas, Caixa 1, Livro 1 de Lançamento de Procurações, p. 95-95v.

¹⁷ Cartório do 1º Ofício de Alfenas, Caixa 1, Livro 1 de Lançamento de Procurações, p. 97-97v.

¹⁸ Optamos por definir como pequena propriedade as terras com área igual ou inferior a dez alqueires; médias as terras com mais de dez e menos de cem alqueires; grandes as fazendas com cem ou mais alqueires de terras. Infelizmente, a maior parte dos registros de terras feitos pelos párocos não contém informações sobre as áreas das propriedades, o que dificulta a elaboração de quadro preciso da estrutura fundiária do município de Alfenas.

	Faz. Palmeiras	Antônio José de Albuquerque	49
	Faz. Ribeirão de São Pedro	Rosário Maria da Lapa e filhos	30
	Faz. Fortaleza do Rio Claro	Vicente Gonçalves Rocha	25
	Faz. Muzambo	Rafael Alves de Barros	20
	Faz. Olaria	Joaquim Goularte de Andrade	20
	Faz. Muzambo	Cezário Torquato de Souza Brito	16,25
Pequena	Faz. Pedra Branca	Felícia Vieira da Silva	10
	Faz. Serra Negra	Carlos José de Azevedo	9
	Faz. Mandaçaia	Maurício da Costa Neves	6
	Pasto valado em Alfenas	Francisco de Paula Ferreira Lopes Sobrinho	5
	Faz. Turvo	José Benjamim Gonçalves Cintra	4,5
	Faz. Boavista	Francisco José de Magalhães	4
	Faz. Espreado	Joaquim Antônio de Paiva	3
	Faz. Santa Cruz	João Francisco Passos Neto	2,5
	Chácara em São Joaquim	Antônio Gabriel Ferreira	1,5
	Faz. Santa Cruz	José Carlos Celestino	1,5

Fonte: Registros paroquiais de terras das freguesias de São José e Dolores de Alfenas e de São Joaquim da Serra Negra, 1855-56. Arquivo Público Mineiro (APM).

À medida que passaram os anos, tanto as grandes fazendas como as posses médias e pequenas sofreram contínuo processo de parcelamento, resultante de divisões por herança e transações de compra e venda. As imensas sesmarias geraram centenas de ‘terras’, frequentemente pertencentes a muitos donos. Como em outras regiões da Província, as fazendas de Alfenas caminharam na direção de conter grande quantidade de terras em comum, ainda não divididas. Terras em sociedade de parentes e amigos, ‘terras emboladas’ formando o patrimônio de famílias. Também se tornaram comuns proprietários com ‘sortes de terras’ em várias fazendas.

De que forma eram usadas as terras das fazendas de Alfenas no decorrer do século XIX? As propriedades rurais aproveitavam principalmente as áreas de várzeas, as ‘baixadas’ e as meias-encostas para a lavoura e a pecuária. As roças de cana, milho, feijão, fumo e algodão eram plantadas em terrenos mais planos e baixos, enquanto a criação de gado vacum aproveitava os campos naturais nos sopés dos morros e nas encostas. Nas elevações dos terrenos, predominavam as matas, exploradas para a retirada de lenha e madeira. Somente no último quartel do século XIX, o café começou a ocupar as encostas mais elevadas em diversos pontos do Sul de Minas (FILLETO, 2000).

Nas grandes e médias propriedades, a maior parte da área certamente era ocupada por matos e pastos – os chamados ‘campos de criar’. Os proprietários mais capitalizados investiram na formação de pastagens artificiais e, até mesmo, na produção de forragens para o gado. À medida que os pastos se expandiam, as florestas recuavam. As mangas de pastos eram normalmente demarcadas por valas – razão da expressão ‘pastos valados’ –, mas se encontravam, às vezes, muros de pedra ou cercas de madeira de lei. Este foi o caso da fazenda Campo Redondo, de Antônio Joaquim Vieira, situada a pouco mais de légua de Alfenas, cujos pastos eram de capim gordura e onde havia imensas plantações de milho e cana, em parte utilizadas para alimentar o gado da propriedade (VIEIRA, 2002; VIEIRA, 2008).

O mesmo se verificou na fazenda Conquista, localizada no distrito de São Francisco do Machadinho (atual município de Poço Fundo), propriedade do capitão Francisco Ferreira de Assis. O inventário deste rico proprietário, aberto em 17 de abril de 1875, informa que ele possuía plantações avaliadas em 1:900\$000, distribuídos da seguinte forma: a) batatal no valor de 60\$000; b) dois feijoais no valor de 240\$000; c) duas roças de milho no valor de 600\$000; d) canavial no valor de 600\$000 e; e) cafezal velho no valor de 400\$000.¹⁹ Evidentemente, o café constituía mais uma cultura entre outras desenvolvidas na fazenda Conquista. O inventário não trouxe avaliações dos pastos, mas registrou moinho, engenho, monjolo e roda de mandioca. Os animais da fazenda citados no inventário foram 3 cavalos, 9 carneiros, 126 porcos e 130 bois e vacas.

Na fazenda Espírito Santo, em Machado, o fazendeiro Azarias de Souza Dias dedicou-se à melhoria das pastagens artificiais e ao aprimoramento do cruzamento de animais, com vistas à obtenção de raças mais lucrativas, por isso mesmo merecedor de elogiosa série de artigos anônimos, intitulada “O poder da vontade”, publicada no jornal campanhense *Monitor Sul Mineiro*, nas edições de 13, 20 e 27 de outubro de 1872. No artigo de 20 de outubro de 1872, pode-se ler:

Foi na província de Minas, que nesses tempos exportava gado em pequena escala para a Corte, que iniciou essa reforma, cuja ideia pertence a Azarias de Souza Dias. Começou a derribada das matas, o plantio do

¹⁹ Juízo de Órfãos e Ausentes do Termo de Alfenas. Inv. do Capitão Francisco Ferreira de Assis, 1875, fls. 10-10v.

angola, a formação de ricas e extensas pastagens. (...) Não se limitou ele a formar prados artificiais, duplicou os cuidados e trato que se empregava com o gado, e inúmeras boiadas que eram levadas para o Rio, provocando a admiração dos demais criadores. (...) Bois com peso bruto de 40 a 50 arrobas chegaram pela primeira vez ao matadouro da Corte.

O exame mais acurado das fazendas inventariadas em Alfenas no período 1855-1875 permite problematizar a intensidade de uso da terra pela pecuária e também o trabalho envolvido na criação e engorda de gado. A tabela seguinte compila dados sobre estas fazendas, organizadas em faixas de importância pelo tamanho da escravaria:²⁰

Tabela 4 – Escravos e rebanhos nas fazendas de Alfenas (1855-1875)

Faixa	Nome	Proprietário	Escravos	Bois	Porcos
Pequena	Barra Aberta	José Vieira Fonseca	5	15	-
	Gambé	Antônio Bernardes Silva	-	30	-
	Mandagualiz	José Rodrigues Costa	2	5	-
	Coroado	Dr. Amédio E. Silvert	4	6	-
	Cachoeira	Justino José de Faria	3	8	-
	Cambuhy	Isaías Ribeiro Silva	4	48	35
	Córrego Fundo	Francisco Gregório Dias	4	3	15
	Campo Grande	Francisco Pereira Carmo	2	-	3
	Água Limpa	Manoel Gonçalves Costa	4	8	-
	Rio Claro	Antônio Corrêa Lourenço	1	3	15
	Ponte Alta	Francisco Ferreira de Jesus	2	30	24
	Mato Dentro	José Esteves Santos	3	12	33
	Taquarassu	José Martins Novaes	-	16	-
	Pitangueiras	Manoel José Ferreira	5	4	6
Média	Cach. Mutuquinha	Antônio Joaquim Toledo	7	4	54
	São Pedro	Manoel Ferreira Oliveira	7	10	-
	Cafundó	José Bento de Almeida	7	19	53
	São Tomé	Ana Rosado Viterbo	7	1	4
	Cachoeirinha	Francisco Silva Figueiredo	9	8	-
	Cressiuma	Constantino José Ribeiro	8	8	29
	Pantaninho	José Gonçalves Siqueira	9	20	41
Grande	Agualima	José Gonçalves Lopes	11	17	28
	Vargem Grande	José Paulino da Costa	18	35	91
	Santa Cruz	Francisco Antônio Santos	12	44	-

²⁰ Como os escravos representaram o ativo maior nos inventários alfenenses dos anos 1850-70 (60,5% nos anos 1850; 49,4% nos anos 1860; e 41, 1% nos anos 1870), optou-se por tomar a posse de cativos como critério de classificação das propriedades rurais. As pequenas eram aquelas que tinham até 5 escravos; as médias, as que possuíam de 6 a 10 escravos; e as grandes, as com mais de 10 escravos. Na amostra de inventários analisada, a maior escravaria encontrada foi de 19 cativos, pertencente ao capitão Francisco Ferreira de Assis, proprietário residente em São Francisco do Machadinho. E dele foi também o maior montemor, de 194:079\$508 (MARTINS, 2013).

	Tamanduá	Antônio Ribeiro da Silva	15	27	60
	Posse Bonita	Manoel Antônio Souza	15	11	62
	Conquista	Francisco Ferreira Assis	19	130	126

Fonte: Inventários do Juízo de Órfãos e Ausentes do Termo de Alfenas.

Há que se notar que a maioria dos proprietários rurais inventariados não era de potentados; ao contrário, eram ‘boiadeiros que se afazendaram’ ou ‘roceiros que criavam seus gadinhos’. Mas o município, por causa da presença de fazendeiros como José Gonçalves Lopes, José Paulino da Costa, Antônio Ribeiro da Silva, capitão Francisco Ferreira de Assis, Antônio Joaquim Vieira e outros, era espaço de invernadas e domínio dos invernistas.²¹

Tendo em vista que a área média das propriedades rurais de Alfenas que constam nos registros paroquiais de 1855-56 é de 33,5 alqueires, é imperativo concluir que os pastos locais abrigavam baixíssima carga de bovinos próprios.²² É bastante provável que permanecessem relativamente vazios na maior parte do ano. O que sugere existir em Alfenas grande disponibilidade de áreas para engorda de gado trazido por arrematantes, tanto locais como forâneos.

Por outro lado, os números sobre a escravaria das propriedades – apenas duas unidades rurais (7,4% do total) não possuíam escravos – suscitam uma questão sobre o trabalho. Notadamente para o caso dos fazendeiros mais abastados, parece haver grande desproporção entre o tamanho de suas escravarias e as áreas de suas fazendas. Isto significa, em primeiro lugar, que certamente havia limites relativamente estreitos para o movimento de reprodução ampliada da economia agrícola de Alfenas, uma vez que, como salientou Jacob Gorender (1985: 569), “a acumulação escravista se manifestava, antes de tudo, na acumulação de escravos. Expandir a produção implicava, aqui, em primeiro lugar, o aumento do plantel de escravos”. Em segundo lugar, quando os pastos locais se enchiam de boiadas para engorda, certamente os trabalhos de trato requeridos na atividade

²¹ Intrigante é o caso de Manoel Silvério da Silva, proprietário da fazenda Rio Claro, situada em Alfenas, cujo inventário, datado de 1862, registrou 11 escravos, nenhuma plantação, criação de animais ou atividade artesanal de processamento de alimentos. Seria ele alguém que vivia simplesmente do arrendamento de seus campos? Ou do aluguel de seus escravos? José Paulino da Costa é citado pelo *Almanach Sul Mineiro para 1874*, na p. 155, como “exportador de gado”.

²² A referida média foi calculada considerando-se, obviamente, somente as propriedades cujas extensões foram registradas nos documentos relativos às freguesias de São José e Dores de Alfenas e São Joaquim da Serra Negra.

ultrapassavam a capacidade das reduzidas escravarias. Nestes momentos seriam contratados jornaleiros? Ou as fazendas dispunham de agregados suficientes para lidar com os rebanhos em engorda? Então, uma questão se coloca: avaliar o peso do trabalhador livre nacional, especialmente de agregados, jornaleiros e meeiros, na dinâmica das fazendas do município, ao longo do período em tela. Para a região de Alfenas provavelmente valem as considerações de Ana Lúcia Duarte Lanna (1983), concernentes à Zona da Mata, sobre a transição para o trabalho livre.²³ Todavia, é preciso reconhecer que os inventários não constituem as fontes mais adequadas para se enfrentar tal questão.

A tabela abaixo apresenta médias de bovinos e suínos por propriedade para alguns municípios na década de 1850:

Tabela 5 – Médias de bovinos e suínos por propriedade, anos 1850

Município	Média de bovinos	Média de suínos
Alfenas	17,35	30,96
Campanha	77	-
Lavras*	70,4	53,8
Itajubá	27,8	49,2

Fonte: Para Alfenas, Martins (2013: 409); para Campanha, Andrade (2008: 97); para Itajubá, Sobrinho (2009); para Lavras, Vieira (2016: 278).

*Para Lavras, as médias são referentes ao ano de 1870.

O que se percebe, ao fim e ao cabo, é que a criação de animais constituía atividade consorciada (ao milho e à cana) na maioria das fazendas sul-mineiras, empregava amplas pastagens abertas nas matas, capins nativos (nas fazendas mais capitalizadas, capim angola, mimoso e gordura), e representava, nas regiões de Alfenas, Machado, Passos, Pouso Alegre e São Sebastião do Paraíso, em meados do século XIX, a maior fonte de renda para as propriedades. Mas vale lembrar que parte considerável do gado engordado nos pastos artificiais do Sul de Minas era importada dos sertões do Brasil central pela região de Uberaba, via Ponte Alta e Jaguará (VEIGA, 1874: 35). E outra parte procedia da região da Canastra e de zonas paulistas fronteiriças, como os municípios de Caconde, Casa Branca, Cana-Verde (hoje Batatais) e Franca, como apontou o ofício do dr. Roque de Souza Dias,

²³ Para esta autora, dado o fato de que “a cafeicultura da Zona da Mata não tinha a capacidade de acumulação encontrada no Oeste Paulista” (p. 108), a instauração das relações de trabalho livre não ocorreu por meio do pleno assalariamento, mas pelo predomínio da parceria e do assalariamento temporário.

datado de 24 de janeiro de 1858, em resposta à consulta do presidente Carlos Carneiro de Campos.²⁴

Os pecuaristas e negociantes de gado sul-mineiros construíram suas próprias opiniões a respeito dos problemas relativos à criação de gado e das dificuldades que acometiam o abastecimento de carne verde no Rio de Janeiro. As respostas de Câmaras Municipais sul-mineiras à Circular do Presidente da província de Minas, Conselheiro Carlos Carneiro de Campos, que acompanhava um Aviso Circular do Ministério do Império, de outubro de 1857, esclarecem os argumentos esgrimidos por estes agentes econômicos.²⁵ O ofício da Câmara de Passos, datado de 13 de janeiro de 1858, alinhava as seguintes considerações a respeito da carestia da carne verde:

Não é possível que a vista dos preços, por que são comprados os bois nas províncias de Goiás, Mato Grosso, São Paulo, e no interior desta de Minas, donde vem para se engordarem neste Município em pastos feitos nos centros de nossas matas com grandes custos de braços, e dispêndios pecuniários para obter-se estas pastagens e roças em que se engordam para ficarem em estado de irem ao mercado: não é possível que a vista dessas razões e do exorbitante preço do sal; bem como dos condutores que a levam ao mesmo mercado se possa vender por preços módicos a carne, sem grande prejuízo da parte das pessoas que tratam deste negócio.²⁶

O ofício da Câmara de Lavras, datado de 16 de janeiro de 1858, atribuiu ao regime de comercialização na Capital a responsabilidade pelos preços elevados:

O comércio dos gados está naquela cidade regido pelo mais brutal de todos os monopólios, que compra pelo que quer, e vende como lhe parece. Segundo pensa esta Câmara, é esta a mais poderosa causa do elevado preço das carnes na Corte: comércio de que alguns indivíduos, dispendendo pouco proporcionalmente tiram interesses verdadeiramente fabulosos.²⁷

²⁴ APM, SP, Cód. 715, ofício do dr. Roque de Souza Dias. 24.01.1858. O dr. Roque de Souza Dias, bacharel em Direito, foi deputado provincial (1840-43 e 1846-47) e vice-presidente de Minas Gerais em 1865. Foi tio materno do coronel Azarias de Souza Dias.

²⁵ A consulta sobre o comércio da carne verde na praça do Rio de Janeiro continha perguntas como: quais os principais criadores de gado da província de Minas Gerais; como eram feitas as remessas para o Rio de Janeiro; quais os principais municípios produtores; de onde vinham as tropas para as invernações em Minas; se parte do gado era vendida no meio do caminho para o Rio; qual a margem de lucro dos comerciantes; as razões da elevação do preço da carne na Corte, etc.

²⁶ APM, SP, Cód. 715, p. 67-67v. Passos. 13.01.1858.

²⁷ APM, SP, Cód. 715, p. 102-105. Lavras. 16.01.1858.

Na mesma direção foi a resposta da Câmara Municipal de Aiuruoca, datada de 26 de janeiro de 1858, ao denunciar:

O espírito insaciável da cobiça estabelecendo o monopólio com sociedades filiais no interior tem encarecido extraordinariamente o preço de cada rês trazendo o efeito da carestia da carne verde, e seu fabuloso preço. Esta sociedade é dos Marchantes da Cidade, ou Província do Rio de Janeiro.²⁸

A posição de José Jorge da Silva sobre a questão da carne verde na Corte era mais matizada, embora não destoasse das opiniões expressas pelos ofícios camerários citados. Ela foi apresentada em artigo publicado na seção “A Pedidos”, no *Jornal do Commercio*, em 1859, com o título “O Commercio de Gado”.²⁹ Consistindo em uma resposta às decisões do Presidente do Conselho de Ministros, Marquês de Olinda – Pedro de Araújo Lima –, o artigo discute medidas para regularizar o abastecimento de carne verde na Corte.³⁰

De início, o dr. José Jorge da Silva informou que “é a província de Minas o distrito mais exportador, o grande viveiro de gado que serve ao consumo desta capital”. Informou ainda que os criadores de São Paulo, Mato Grosso e Goiás, impedidos de enviar diretamente ao Rio de Janeiro seus rebanhos,

pois não resistiriam sem aniquilarem-se a uma viagem demasiadamente longa, são obrigados a vende-los a boiadeiros e invernistas do Sul de Minas, e por isso a grande zona vem (...) concentrar-se quase todo o gado de exportação para esta Corte são os municípios de Formiga, Oliveiras, Lavras, Três Pontas, Jacuhy, Passos e Caldas, e especialmente a importante freguesia de Santo Antônio do Machado, onde a indústria de pastos artificiais e de engordar reses destinadas ao talho tem feito grandes progressos.

O autor elencou os principais fatores que explicariam a elevação dos preços da carne. O aumento dos custos do sal era um deles. Outro era a cada vez mais onerosa manutenção dos pastos artificiais, agravada ainda pela necessidade de se cercarem as

²⁸ APM, SP, Cód. 715, p. 139-139v. Aiuruoca. 26.01.1858.

²⁹ *Jornal do Commercio*, 09/01/1859. Biblioteca Nacional.

³⁰ Existe outro artigo de José Jorge da Silva sobre esse tema, publicado anteriormente, em 1857, no jornal *Bom Senso*, de Ouro Preto. Tal artigo pode ser encontrado no Arquivo Público Mineiro. Microfilme da série “Assuntos Mineiros”, Autores Diversos. Vol. 10. Fil. 005. 102 páginas.

fazendas recém-divididas. Também pesava muito a elevação dos custos com mão de obra, tanto escrava como livre. Tudo isso agravava, nas regiões produtoras, o custeio do gado. Para solucionar esses problemas, José Jorge da Silva pedia a intervenção do Governo. Ele propôs ainda a urgente conclusão da Estrada do Passa-Vinte, ligando o vale do Paraíba ao vale do Rio Grande, bem como a criação de pastos pelo Governo nas imediações do Engenho do Brejo, próximo à Corte, de maneira a possibilitar o descanso das boiadas após longas jornadas. Discutiu a necessidade de melhoramento das raças bovinas, para o quê conviria estímulo governamental. Quanto a isso, defendeu a criação de um concurso de gado nos moldes da França. Sem esquecer os homens diretamente envolvidos nas viagens do gado, propôs a fundação, em pontos estratégicos das principais rotas, de enfermarias para atender os tropeiros, frequentemente vitimados pela febre amarela e pelo cólera.

A Sociedade Machadense e o comércio de gado no Rio de Janeiro

A carestia dos anos 1858-59 no Sudeste – particularmente no Rio de Janeiro – e as tentativas (tímidas e fracassadas) de reorganizar o comércio de carnes frescas na capital do Império, forneceram o contexto imediato da associação de grandes pecuaristas sul-mineiros com vistas a desafiar o monopólio dos marchantes cariocas.

O *Almanak Laemmert* de 1857 informou a presença na Corte da empresa Xavier Azarias & Companhia, na qual um dos sócios era Azarias de Souza Dias. No citado ofício ao presidente de Minas, de janeiro de 1858, o fazendeiro de Machado referiu-se a essa iniciativa:

Cansado destas altas e baixas do mercado deste gênero e convencido, como estou, de que o único meio a evitá-las é a regularidade das remessas, procurei organizar uma pequena companhia, como tentativa de experiência, e de fato organizando-a, funciona a dezoito meses, e fazemos um fornecimento diário de 20 reses, a qual experiência mais me tem fortalecido a opinião da necessidade da (...) regularidade das remessas, com o que muito ganhará o Município Neutro.³¹

Em ofício para o presidente da Província, de 14 de janeiro de 1858, o dr. José Jorge da Silva também se referiu à empresa ‘Xavier Azarias & Cia.’, afirmando: “Há pouco

³¹ APM, SP, Cód. 715, p. 122. Ofício de Azarias de Souza Dias ao Presidente da Província. 24.01.1858.

tempo uma associação de mineiros (...) criou uma agência na Corte para vender carnes verdes. Lucrou pouco, e para conservar a vida aceitou condições humilhantes, como por exemplo, a de não matar senão 20 reses por dia”.³² O documento menciona as dificuldades para os negociantes de gado mineiros geradas pela atuação dos marchantes cariocas.

Além da empresa citada, havia outros negociantes sul-mineiros atuando no Rio de Janeiro nos anos 1858-59, conforme notícia do *Almanak Laemmert*: Francisco Antônio Ribeiro & Cia., de Três Pontas; José Ozório de Oliveira & Cia., de Caldas; Monte Claro & Cia., de Monte Santo de Minas; Pacífico José Nogueira & Cia., de Turvo (atual Andrelândia); e Urias Antônio da Silveira & Cia., de Passos. Empresas modestas, que não alcançaram maior longevidade. Todas sufocadas pela força dos marchantes cariocas, aliados ao governo local. De modo que não se deve estranhar a correspondência de Machado, datada de 21 de julho de 1859, publicada na edição de 30 de julho de 1859 do jornal *O Sul de Minas*, com a seguinte reclamação:

Grande descontentamento tem causado por aqui a notícia da preferência, ou privilégio dado pelo Governo a certos marchantes a fim de matarem 60 reses e de haver fixado o número das que devem ser cortadas por dia para consumo da Corte. (...) Já no ano passado os negociantes de gado foram vítimas do ato de prepotência do Exmo. Sr. Chefe de Polícia da Corte, fixando o preço máximo da carne no matadouro em 200 réis a libra.³³

No ano de 1860, o *Almanak Laemmert* indicou, na página 630, a presença na Corte da empresa ‘José Jorge da Silva & Cia.’, localizada na rua da Princesa, 78, em Cajueiros. Esta era a ‘Sociedade Machadense’, constituída dois anos antes, na cidade de Machado, por iniciativa de Azarias de Souza Dias. A escritura de constituição da empresa foi registrada em 16 de agosto de 1858. Sua finalidade era “o corte de boiadas e vendas de carne verde para a Corte do Rio de Janeiro” e tinha a duração de dois anos, a contar do dia 8 de setembro de 1858, prorrogável por decisão da maioria absoluta dos sócios.³⁴ O capital da firma era de 80 contos de réis, dividido em duzentas cotas de quatrocentos mil réis cada uma.

³² APM, SP, Cód. 715, p. 80. Ofício do dr. José Jorge da Silva ao Presidente da Província. 14.01.1858.

³³ *O Sul de Minas*, p. 3, 30/07/1859. Centro de Estudos Campanhense Monsenhor Lefort. Campanha, MG.

³⁴ Arquivo da Casa de Cultura de Machado, Códice 82, Escrituras de vendas de terras, 1858.

O contrato social definia que “todas as boiadas [iriam] por conta particular de quem as remeter”. Estipulava ainda que “deverá cada um dos sócios entrar com 80 reses tantas vezes quantas representar sua entrada a quantia de quatrocentos mil réis”. Uma cláusula do contrato determinava que os condutores das boiadas obrigatoriamente parariam no ‘Vicente de Carvalho’, local nas imediações do Rio de Janeiro. A razão social era ‘José Jorge da Silva & Cia.’ porque este sócio, por residir no Rio de Janeiro, assumiu a função de sócio-gerente. O contrato atribuía a ele as tarefas de: contatar os açougues para abate dos animais; realizar a venda das reses; estabelecer uma banca de miúdos e vendê-los; e manter a contabilidade dos negócios.³⁵

Azarias de Souza Dias foi o sócio empreendedor e maior cotista da firma, dono de dez cotas ou quatro contos de réis, o organizador da ‘Sociedade Machadense’ e procurador de vários sócios. Havia ainda mais 51 sócios, dos quais três filhos de Custódio José Dias, tios maternos de Azarias: dr. Roque de Souza Dias (quatro cotas), Jacinto Pereira Dias (quatro cotas) e Pio de Souza Dias (uma cota). Marcolino de Souza Dias (duas cotas) era filho de Azarias, e dois de seus irmãos – Misael de Souza Magalhães, Ananias de Souza Dias e José Custódio Dias – também eram sócios, cada um com uma cota. O dr. José Jorge da Silva era possuidor de duas cotas.³⁶ Trinta e cinco sócios (65% do total) detinham apenas uma cota, enquanto 17 (33%) possuíam duas ou mais cotas. Os pequenos sócios reuniam 35 cotas, correspondentes a 38% do capital. Os maiores sócios controlavam 57 cotas, ou 62% do capital da ‘Sociedade Machadense’.

A tabela seguinte mostra a relação dos maiores sócios da ‘Sociedade Machadense’:

Tabela 6 – Maiores sócios da ‘Sociedade Machadense’, 1858

Sócio	N. cotas	Localidade
Azarias de Souza Dias	10	Machado
Manuel Rodrigues da Costa	7	Caldas
José Paulino da Costa	4	Alfenas (dist. S. F. Machadinho)
José Caetano Figueiredo	4	Passos
Jacinto José Pereira Souza Dias	4	Machado

³⁵ O advogado José Jorge da Silva, de Lavras, foi vereador da Câmara de Lavras nos anos 1840 e era irmão de Quintiliano José da Silva, presidente de Minas Gerais entre 1844 e 1847. Também foi deputado geral em 1845-48 e 1864-66.

³⁶ Na verdade, a soma das cotas integralizadas alcançou 92, e não 200, como previa a escritura. O capital social também não atingiu 80 contos de réis.

Cândido de Souza Dias	4	Machado
Roque de Souza Dias	4	Machado
José Vicente Carvalhaes	3	-
Antônio de Souza Gonçalves	3	-
Antônio Joaquim Alves	3	Lavras
Antônio Joaquim Augusto	2	-
José Martiniano Dias Junqueira & Cia.	2	-
Dr. José Jorge da Silva	2	Lavras
Manoel Jacinto Sousa	2	-
Marcolino de Souza Dias	2	Machado
Manoel Ferreira de Sousa	2	-

Fonte: Escritura pública do Códice 82, “Escritura de venda de terras”, 1858. Casa da Cultura de Machado, Machado, MG.

Dentre os sócios com uma cota, havia muitos pecuaristas importantes do Sul de Minas, tais como: Domingos Teixeira de Carvalho (Varginha), Francisco de Paula e Silva (Varginha), Gabriel Flávio da Costa (Lavras), José Martins de Andrade (Lavras), Gabriel José Junqueira (Lavras), José Bernardes da Costa Junqueira (Caldas), José Caetano Machado (Passos), major Gabriel José Junqueira (Três Corações), André Martins Junqueira (Três Corações), Francisco Vieira do Valle (Guaxupé), Joaquim Norberto do Valle (Guaxupé), Manuel Joaquim Ribeiro do Valle (Guaxupé, futuro Barão de Dores do Guaxupé), cônego José Carlos Martins (Alfenas, cônego honorário da Catedral de São Paulo e cavaleiro da Ordem de Cristo) e José Custódio Dias (Alfenas).

Os sócios da ‘Sociedade Machadense’, portanto, estavam espalhados por vasto território que englobava o Sul de Minas e o vale do Rio Pardo, na Província de São Paulo. Eram grandes fazendeiros, pecuaristas, muitos deles conhecidos exportadores de gado e chefes políticos (liberais-moderados) locais pertencentes a famílias prestigiadas. A relação de sócios demonstra ainda a extensão da rede de relações do coronel Azarias de Souza Dias e do dr. José Jorge da Silva,³⁷ o que inegavelmente favoreceu a constituição da empresa.

No ano de 1861, a empresa conseguiu do Governo mineiro isenção parcial de impostos, com duração de cinco anos. A lei orçamentária n. 1.104, de 16 de outubro, no seu artigo 24, reduziu de 6% para 3% as taxas que seriam devidas pela companhia.³⁸

³⁷ A respeito das conexões entre famílias sul-mineiras e o processo de ocupação do vale do Rio Pardo, ver os trabalhos de Mário Leite (1961) e Rodrigo Fontanari (2012).

³⁸ APM, Coleção de Leis Mineiras, Parte 1, Ano 1861, Tomo XXVII, p. 21. Imprensa Oficial. Ouro Preto.

Não encontramos informações suficientes e precisas sobre o funcionamento da ‘Sociedade Machadense’. É plausível imaginar que a empresa enfrentou muitas dificuldades na praça do Rio de Janeiro, especialmente no que se refere ao corte e açougue por conta dos seus boiadeiros. Certamente ela levantou contra si os interesses de grupos de marchantes solidamente instalados na Corte. Provavelmente lidou com indisposições e obstruções da parte de funcionários do Matadouro Público do Rio de Janeiro e de autoridades cariocas.

O jornal *Monitor Sul-Mineiro* noticiou que a ‘Sociedade Machadense’ durou seis anos, sem precisar a data do encerramento de suas atividades. Conforme o periódico campanhense, em artigo anônimo:

Na venda do gado na Corte havia um verdadeiro mistério, que os Boiadeiros nunca puderam decifrar: marchantes e comissários parece que tinham os mesmos interesses, em oposição aos do criador, invernista ou boiadeiro, à cuja vista efetuava-se a venda das boiadas, sem que eles soubessem quais os compradores e qual o preço que se havia alcançado. Com vistas a emancipar-se dos marchantes e comissários, o Sr. Azarias fundou a Associação Machadense que durou pelo espaço de 6 anos, apesar da oposição que sofreu de interesses contrariados e durante este longo período, sob sua direção, entrava de 3 em 3 dias no matadouro do Rio de Janeiro de 60 a 90 reses; e se essa associação não teve maior existência, e não auferiu extraordinários lucros, é porque a inveja de uns, a ambição de outros, e os esforços de muitos que se julgavam prejudicados, tendo a concorrência dessa associação, contra ela se ergueram pondo termo a sua existência...³⁹

O que se sabe com razoável certeza é que a ‘Sociedade Machadense’ perdeu sua razão de existir quando os invernistas obtiveram liberdade para dispor de suas boiadas no Rio de Janeiro, sem auxílio de comissários, o que incrementou os negócios do setor e fez o preço da rês atingir 160\$000.

Considerações finais

No Sul de Minas, no vasto espaço que se estende ao sul do arco do rio Grande, desde as atuais cidades de Varginha a Passos, a bovinicultura, consorciada com as lavouras

³⁹ *Monitor Sul-Mineiro*, 20/10/1872.

de cana e milho, alcançou destaque na economia regional oitocentista. Nessa região, as fazendas de criação também operaram como centros de invernada, recebendo rebanhos originários de áreas vizinhas (como o Triângulo Mineiro) e das províncias de Goiás e Mato Grosso.

Os pecuaristas sul-mineiros tiveram papel destacado no abastecimento de carne verde da Corte carioca, algo que se delineou já nas décadas iniciais do século XIX. E, na virada dos anos 1850 para os anos 1860, grandes criadores da região ousaram fortalecer ainda mais sua atuação no Rio de Janeiro. Assim surgiu a firma José Jorge da Silva & Cia., sediada na capital imperial, com a finalidade de remeter e comercializar boiadas e carne verde na Corte.

A ‘Sociedade Machadense’, mesmo tendo existência curta, constituiu indicador do poder de articulação dos pecuaristas sul-mineiros, bem como da sua capacidade de atuar concertadamente no mercado carioca, enfrentando os grandes intermediários ali sediados nas condições específicas e sensíveis do mercado de carne verde em meados do século XIX.

Ainda há muito a se pesquisar sobre as fazendas de criação, os pecuaristas e seus negócios dentro e fora do Sul de Minas, de modo a avaliar melhor o papel que desempenharam na acumulação regional. É mister prosseguir o levantamento e a caracterização das “firmas comissárias” de gado que se formaram na região, estudando como elas atuaram e fizeram frente aos marchantes cariocas e paulistas na segunda metade do século XIX.

Fontes

Documentos

Câmara Municipal da Cidade de Passos. Ata da sessão de 23 de maio de 1874. CTM Livro Tombo n. 003, p. 80v-83.

Cartório do 1º Ofício, Comarca de Alfenas. Livro 1 de Lançamento das Procuраções, Caixa 1.

Fórum de Alfenas. Inventários da Vara de Família e Sucessões da Comarca de Alfenas (acervo do antigo Juízo de Órfãos e Ausentes do Termo de Alfenas).

Fórum de Varginha. Inventário de Gabriel dos Reis Silva, caixa 509 – G11.

Arquivo da Casa de Cultura de Machado, Códice 82, Escrituras de vendas de terras, 1858.

Arquivo Público Mineiro. Coleção de Leis Mineiras, Parte 1, Ano 1861, Tomo XXVII. Imprensa Oficial. Ouro Preto.

Arquivo Público Mineiro. Registros paroquiais de terras das freguesias de São José e Dolores de Alfenas e de São Joaquim da Serra Negra, 1855-56.

Arquivo Público Mineiro, SP, Cód. 715, p. 80. Ofício do dr. José Jorge da Silva ao Presidente da Província. 14.01.1858.

Arquivo Público Mineiro, SP, Cód. 715, p. 122. Ofício de Azarias de Souza Dias ao Presidente da Província. 24.01.1858.

Arquivo Público Mineiro. SP, Cód. 715, p. 127. Ofício do dr. Roque de Souza Dias ao Presidente da Província. Fazenda do Centro. 24.01.1858.

Arquivo Público Mineiro. SP, Cód. 715, p. 67-67v. Ofício da Câmara de Passos ao Presidente da província. 13.01.1858.

Arquivo Público Mineiro. SP, Cód. 715, p. 102-105. Ofício da Câmara de Lavras ao Presidente da Província. 16.01.1858.

Arquivo Público Mineiro. SP, Cód. 715, p. 139-139v. Ofício da Câmara de Aiuruoca ao Presidente da Província. 26.01.1858.

Jornais e outros periódicos

Jornal do Commercio, 09/01/1859. Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro.

Monitor Sul Mineiro, Campanha, edições de 13, 20 e 27/10/1872. Acervo Centro de Estudos Campanhense Monsenhor Lefort. Campanha, MG.

O Sul de Minas, 30/07/1859. Acervo Centro de Estudos Campanhense Monsenhor Lefort. Campanha, MG.

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1860, fundado por Eduardo von Laemmert. Disponível em <http://brazil.cr.ed/bsd/almanack>.

Referências bibliográficas

ANDRADE, M. F. de. Elite escravista no sul de Minas Gerais: opções de investimento e composição da riqueza – século XIX. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 14, 2010, Diamantina. *Anais...* Diamantina: Cedeplar, 2010.

ANDRADE, M. F. de. *Elites regionais e a formação do Estado Imperial brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

CALAFIORI, L. F. *São Sebastião do Paraíso: história e tradição*. São Sebastião do Paraíso: Cidade dos Ipês, 2005.

CALDEIRA, J. *Mauá, empresário do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CAMPOS, P. H. P. *Nos caminhos da acumulação: negócios e poder no abastecimento de carnes verdes para a cidade do Rio de Janeiro, 1808-35*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

CARRARA, A. A. *Agricultura e pecuária na capitania de Minas Gerais (1674-1807)*. 1997. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

CARVALHO, J. R. *História de Machado (1816-1974)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1985.

CHAVES, C. M. G. *Perfeitos negociantes: mercadores das minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999.

COSTA, M. L. P. *As tropas da moderação do Sul de Minas no tempo saquarema: 1842-1860*. Paraguaçu: Fundação 18 de Março, 2007. (Mimeo.)

FERREIRA, N. S.; SAES, A. M. Expansão da cafeicultura e modernização em Varginha, 1882-1920. In: SAES, A. M.; MARTINS, M. L.; GAMBI, T. F. (Orgs.). *Sul de Minas em urbanização: modernização urbana no início do século XX*. São Paulo: Alameda, 2016.

FILLETTO, F. *Trajetória histórica do café na região sul de Minas Gerais*. 2000. Dissertação (Mestrado em Administração rural) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2000.

FONTANARI, R. Rompendo fronteiras: a marcha da economia de abastecimento sul-mineira rumo ao território paulista (Casa Branca no meio século 19). In: SAES, A. M.; MARTINS, M. L. *Sul de Minas em transição: a formação do capitalismo na passagem para o século 20*. Bauru, SP: Edusc, 2012.

FRIEIRO, E. *Feijão, angu e couve: ensaio sobre a comida dos mineiros*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros/Editora UFMG, 1966.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GIOVANINI, R. *Regiões em movimento: um olhar sobre a Geografia Histórica do Sul de Minas e da Zona da Mata (1808-1897)*. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

GONÇALVES, A. R. Carnes verdes em São Sebastião do Rio de Janeiro: 1500-1900. *Revista do Arquivo do Distrito Federal*, Rio de Janeiro, p. 283-358, 1952.

GORENDER, J. *O escravismo colonial*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1985.

GRILO, A. *Tocaia no fórum: violência e modernidade*. Bauru, SP: Edusc, 2012.

HOLANDA, S. B. de. As áreas de criação de gado. In: *História Geral da Civilização Brasileira – Colônia: Administração, Economia e Sociedade*. 12 ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 2008.

LANNA, A. L. D. *A transformação do trabalho*. Campinas: Editora Unicamp, 1983.

LEITE, M. *Paulistas e mineiros – plantadores de cidades*. São Paulo: EDART, 1961.

LEMOS, J. G. de S. Histórico de Passos. In: VASCONCELOS, E. L. de. *Álbum de Passos*. Niterói, RJ: Escola Typ. Salesiana, 1920. p. 18-19.

LENHARO, A. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1842*. São Paulo: Edições Símbolo, 1979.

MARCONDES, R. L. Formação da rede regional de abastecimento do Rio de Janeiro: a presença dos negociantes de gado (1801-1811). *Topoi – Revista do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ*, Rio de Janeiro, n. 02, p. 41-71, 2001.

MARTINS, M. L. A trajetória de Alfenas no período 1830-1930: de centro de internada a “Atenas do Sul”. In: SAES, A. M.; MARTINS, M. L.; GAMBI, T. F. (Orgs.). *Sul de Minas em urbanização: modernização urbana no início do século XX*. São Paulo: Alameda, 2016.

MARTINS, M. L. Plantar, pasturar e fiar na Vila Formosa de Alfenas, MG: décadas de 1850-1890. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 43, n. 2, p. 397-429, abr.-jun. 2013.

MARTINS, M. L.; SOUZA, A. S. Notas sobre as propriedades rurais de Alfenas, MG: décadas de 1860-1880. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH-MG, 17, 2010, Uberlândia. *Anais...* Uberlândia: ANPUH-MG, 2010.

NORONHA, W. A. de. *História de Passos*. Passos, MG: Prefeitura Municipal, 1969.

PAIVA, C. A. *População e Economia nas Minas Gerais do século XIX*. 1996. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

PRADO JR., C. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

PRADO JR., C. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

RESTITUTTI, C. C. *As fronteiras da província: rotas de comércio interprovincial (Minas Gerais, 1839-1884)*. 2006. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2006.

SAINT-HILAIRE, A. de. *Viagem às nascentes do rio São Francisco e pela Província de Goiás*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944. (Col. Brasileira)

SILVA, F. M. da. *Subsistência e poder: a política do abastecimento alimentar nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

SILVA, F. C. T. da. *A morfologia da escassez: crises de subsistência e política econômica no Brasil colônia (Salvador e Rio de Janeiro, 1680-1790)*. 1990. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990.

SLENES, R. W. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. *Cadernos IFCH UNICAMP*, v. 17, jun. 1985.

SOBRINHO, J. C. Produção mercantil e diversificação econômica: um desafio para o sul mineiro. Freguesia de Itajubá, 1785-1850. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 14, 2010, Diamantina. *Anais...* Diamantina: Cedeplar, 2010.

SOBRINHO, J. C. *Negócios internos: estrutura produtiva, mercado e padrão social em uma freguesia sul mineira. Itajubá – 1785-1850*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.

TAVARES, G. da C. *A atuação dos marchantes no Rio de Janeiro colonial. Estratégias de mercado e redes de sociabilidade no comércio de abastecimento de carne verde (1763-1808)*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura/Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2012.

TOSI, P. G. *Capitas no interior: Franca e história da indústria coureiro-calçadista (1860-1945)*. Franca, SP: UNESP, 2002.

VEIGA, B. S. da. *Almanach Sul-Mineiro para 1874*. Campanha: Typ. do Monitor Sul-Mineiro, 1874.

VIEIRA, E. J. Produção, comércio e acumulação de riqueza em Lavras, MG (1870-1888). In: SAES, A. M.; MARTINS, M. L.; GAMBI, T. F. (Orgs.). *Sul de Minas em urbanização: modernização urbana no início do século XX*. São Paulo: Alameda, 2016.

VIEIRA, I. M. Fazenda Campo Redondo – a saga da família Vieira. *Jornal dos Lagos*, Caderno I, p. 2, 13/12/2008.

VIEIRA, I. M. *Mandassaia*. Alfenas: Gráfica Atenas, 2002.

Recebido em: 09 de dezembro de 2018

Aceito em: 06 de abril de 2019